**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA \_\_\_\_\_\_\_ZONA ELEITORAL DO TOCANTINS**

MPCE

**RRC nº**

**Impugnante: Ministério Público Eleitoral**

**Impugnado(a):**

1. O **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**, por seu agente firmatário, vem, à presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 64/90, propor a presente **AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATO** contra ...................................., devidamente qualificado nos autos do pedido de registro, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:
2. O Partido XXXX encaminhou o pedido registro de candidatura do impugnado, protocolado sob o nº XXXX, ao cargo de Prefeito do Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.
3. Contudo, resta impossível o deferimento do registro de candidatura do impugnado, tendo em vista que ele se enquadra na hipótese prevista no art. 1º, I, *g*, da Lei Complementar n. 64/90, com redação dada pela Lei Complementar nº 135/2010, segundo o qual são inelegíveis “*os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da* data da decisão*, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição”*
4. No caso dos autos, o impugnado teve suas **contas de governo**, relativas ao exercício de XXXX, julgadas irregulares pela Câmara de Vereadores do Município de XXXXXXXX/TO, conforme documentação anexa.
5. Destacam-se as seguintes irregularidades insanáveis que configuram atos dolosos de improbidade administrativa (exercício de XXXX):
6. ***a)*** **reajuste de subsídio sem amparo legal:** *“(...)*;
7. ***b)*** **pagamentos efetuados a empresa contratada por serviços não prestados**: (...);
8. ***c)* inexecução parcial do objeto contratado, com pagamento total do preço:** *(...)”*.
9. Diante disso, o Tribunal de Contas concluiu pela irregularidade das contas do candidato, no exercício de XXXX, emitindo parecer pela desaprovação das contas do impugnado.
10. Outrossim, o exame detido das decisões do TCE ainda revela outras irregularidades que também mereceram censura e julgamento desfavorável ao ora impugnado; todavia, no corpo da presente peça, elencaram-se apenas, a título exemplificativo, as irregularidades mais graves e que redundaram em evidentes e vultosos prejuízos ao erário.
11. O parecer do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins no processo nº XXXXXX foi devidamente referendado pela decisão da Câmara Municipal de XXXXXXXXXX, por meio do Decreto Legislativo nº XX, de XX/XX/XXXX (em anexo) – observando-se, assim, a regra do art. 31, §2º, da Constituição Federal.
12. Em síntese, a causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea *g*, da LC nº 64/90 pressupõe: a) rejeição de contas; b) irregularidade insanável, por ato doloso de improbidade administrativa; c) decisão definitiva exarada por órgão competente; d) ausência de suspensão da decisão de rejeição de contas pelo Poder Judiciário.
13. No caso em tela, restam cumpridos todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 64/90.
14. Com efeito, *in casu*, tratando-se de **contas de governo** do Prefeito Municipal, o órgão competente para julgamento é o Poder Legislativo respectivo, na forma prevista pelo art. 31, §2º, da Constituição Federal.
15. De outra parte, a rejeição de contas – no presente caso concreto – se caracteriza pela irregularidade insanável.
16. Insanáveis, conforme JOSÉ JAIRO GOMES[[1]](#footnote-2), *“são as irregularidades graves, decorrentes de condutas perpetradas com dolo ou má-fé, contrárias ao interesse público; podem causar dano ao erário, enriquecimento ilícito, ou ferir princípios constitucionais reitores da Administração Pública”.*
17. A jurisprudência do TSE entendia que irregularidades insanáveis são as que apresentam “nota de improbidade” (Recurso Especial Eleitoral nº 23.345 – Rel. Caputo Bastos – j. 24.09.2004). Agora, com a edição da LC nº 135/10, o legislador estabeleceu que a inelegibilidade deve ser imputada àqueles que *“tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa”.*
18. Novamente, JOSÉ JAIRO GOMES explica que *“o requisito de que a inelegibilidade também configure ‘ato doloso de improbidade administrativa’* ***tem a única finalidade de estruturar a inelegibilidade*** *(...). Destarte, não há falar em condenação em improbidade administrativa, mas* ***apenas em apreciação e qualificação jurídica de fatos e circunstâncias relevantes para a estruturação da inelegibilidade*** *em apreço”* (*op. cit.*, pp. 178/179).
19. Das irregularidades apontadas e do inteiro teor das decisões listadas, observa-se que o impugnado, na qualidade de gestor, cometeu faltas graves e que, em tese, configuram ato doloso de improbidade administrativa.
20. No mesmo passo, o TSE tem assentado que *“para efeito da apuração da inelegibilidade prevista na alínea g do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90, não se exige o dolo específico, basta para a sua configuração a existência do dolo genérico ou eventual, o que se caracteriza quando o administrador deixa de observar os comandos constitucionais, legais ou contratuais que vinculam sua atuação”* (Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 273-74 – Rel. Min. Henrique Neves – j. 07.02.2013).
21. Logo, verificada a rejeição das contas pela Câmara de Vereadores em razão das irregularidades insanáveis e, ausente qualquer notícia de provimento judicial suspendendo ou desconstituindo as referidas decisões, deve ser reconhecida a inelegibilidade por 8 anos.
22. Deste modo, tendo em vista o princípio da preclusão (art. 259 do Código Eleitoral), impõe-se o ajuizamento da presente ação de impugnação, pois se trata de causa de inelegibilidade infraconstitucional.
24. Diante do exposto, o Ministério Público Eleitoral requer:
25. **(a)** o recebimento da presente ação de impugnação;
26. **(b)** seja o impugnado devidamente notificado, para que, querendo, ofereça sua defesa, nos termos do art. 4º da LC nº 64/90;
27. **(c)** que seja notificado o Partido XXX;
28. **(d)** que, em diligência, seja juntado ao presente cópia do pedido de registro do impugnado;
29. **(e)** seja juntada a documentação anexa;
30. **(f)** protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos;
31. **(g)** encerrado o prazo da dilação probatória, seja oportunizado às partes o oferecimento de alegações finais, nos termos do art. 6º da LC n. 64/90; e,
32. **(h)** por fim, que seja a presente ação de impugnação de candidato **julgada integralmente procedente**, para o fim de **indeferir o registro do impugnado**.

Local e data.

**Promotor(a) Eleitoral**

1. DIREITO ELEITORAL, Editora Atlas, 6ª Edição, p. 178 [↑](#footnote-ref-2)